

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino de história e cultura afro – brasileira nas séries iniciais: que saberes e práticas estão sendo construídas?

Stela Pojuci Ferreira de Moraes¹

Resumo: A Lei 10.639 aprovada em janeiro de 2003 tornou obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, constituindo-se em um desafio para os professores (as).

Reconhecendo a importância das séries iniciais na formação do ser humano buscamos investigar como professores (as) que atuam nesse nível de ensino estão construindo seus saberes e práticas de modo a desenvolver essa temática considerando que a maioria não tem formação específica em história.

Palavras-chaves: Professora – história -África

Abstract: The law 10.639 approved in January of 2003 made history and afro-brazilian culture teaching obligatory at the fundamental and intermediate schools established as a challenge for teachers.

Admitting the importance of the initial series at the human being's formation, we try to investigate how teachers who act in this school level are building their knowledgements and practices developing this theme knowing that the most don't have specific formation history

Keywords: Teachers- history- Afrika

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2006 iniciamos uma pesquisa tendo como sujeitos 31 professores e professoras que desenvolvem suas atividades nas séries iniciais do ensino fundamental em dois colégios particulares, localizados em um dos bairros centrais da cidade de Belém e que tem como alunos (as) filhos (as) de famílias de classe média alta e ou de famílias ricas.

O que nos instigou a desenvolvê-la foi à discussão em torno da Lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico, visto ser este conteúdo de uma grande especificidade nos próprios cursos de graduação em História.

A nossa investigação se deu na seguinte direção: como os professores que ensinam nas séries iniciais, na sua maioria graduados no Curso de Pedagogia e em cujo curso

¹ UNAMA, Graduada em História pela UFPA, Mestre em Educação pela UNIMEP.

não há na grade curricular a disciplina história e muito menos uma história voltada para a África, estão construindo seus saberes para desenvolver em sua prática docente essa temática que se oficializa através de uma lei? Além do mais, nas outras séries em que estudaram história do Brasil ela lhes foi ensinada fundamentada em uma historiografia tradicional que privilegiou abordagens preconceituosas e estereotipadas sobre o plural continente africano, suas gentes e culturas.

O QUE PERGUNTAMOS?

Primeiramente solicitamos a coordenação pedagógica dos dois colégios permissão para distribuímos um questionário aos professores (as) cujas questões nos remetem a formação inicial e continuada, o tempo de trabalho no magistério, os locais de trabalho atualmente, o que sabiam sobre o a Lei 10.639 e se em seus planos de ensino estava contemplado o conteúdo que a referida lei especifica.

Quanto à formação a maioria tem curso superior realizado em universidades particulares, um terço tem especialização também cursadas em IES² particulares situadas na cidade *locus* da pesquisa e apenas uma das professoras tem mestrado.

O tempo de serviço no magistério da maioria é maior que 15 anos, o que significa que grande parte das entrevistadas teve sua formação inicial quando ainda se exigia para o (a) professor (a) o curso médio do magistério, assim como a maioria desenvolve suas atividades como docente apenas no próprio colégio onde foi feita a pesquisa.

Quando feita a pergunta “Você sabe o que diz a Lei 10.639?” a maioria das professoras respondeu apenas que SIM, mas quando lhes foi questionado se sabiam o que diz a mesma, bem poucas escreveram algo mais. Dentre as poucas respostas obtidas temos as seguintes expressões: “estudo aprofundado sobre o povo africano, fala sobre o negro, fala sobre o estudo das relações étnico-raciais; inclui o negro na escola; fala sobre a cultura negra e indígena; estabelece o ensino da história dos negros e dos indígenas; estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira na Escola Básica”.

Desse universo de 31 professoras 5 não sabiam o que diz a Lei porque não a conheciam e as demais informaram que souberam que o presidente da república a havia sancionado através de revistas de educação, jornais e material distribuído pela Coordenação Pedagógica de um dos colégios contendo a cópia da 10.639.

Quando se perguntou se achavam que essa Lei era necessária e por quê? As respostas incidiram nos seguintes aspectos: necessidade de conscientizar mais a sociedade

² Instituições de Ensino Superior

brasileira; necessidade do povo brasileiro conhecer mais sua origem, valorizar a história e a cultura do povo africano.

Uma outra questão que lhes foi feita era em relação ao plano de ensino que estavam desenvolvendo, se nele havia referências sobre a história do negro no Brasil e ou na Amazônia. Um grupo pequeno respondeu que não, tendo a maioria citado quais eram essas referências: a música, as danças e as comidas; a influência cultural na língua, nos costumes, nas comidas, na religião; ocupação da Amazônia e o trabalho escravo; a escravidão; se fala do negro quando se aborda as diferenças; desenvolve-se o conteúdo a partir da realidade das crianças e das diferenças sociais.

Quando perguntado como trabalham esse conteúdo em sala de aula a grande maioria respondeu que através de leituras de livros para - didáticos, de peças teatrais, de músicas, de conversas, buscando a valorização do outro, independente da raça³, idade e religião.

O SEGUNDO PASSO DA PESQUISA

Ao tabularmos os dados da pesquisa e iniciamos uma análise sobre os mesmos identificamos que havia necessidade de abrimos um espaço de reflexões, de escuta, de troca de vivências entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, pois os dados preliminares obtidos nos apontavam como sendo este um caminho de possibilidades na construção de saberes e práticas docentes.

Sugerimos para cada colégio uma oficina de 12 h/a⁴, sem ônus para os mesmos, como também uma forma de retorno a essas professoras, para que juntas pudessemos analisar como se construiu uma história dos negros no Brasil e ou na Amazônia, o que se conhece sobre a história da África, o que nos diz a Lei 10.639, o que hoje está se escrevendo sobre esse assunto e quais as metodologias que se poderia desenvolver, visto que não é mais uma história mais uma temática que precisa ser pensada e trabalhada dentro do princípio da transdisciplinaridade, ou seja, entre as diferentes áreas do conhecimento.

Os dois colégios aceitaram, mas propuseram uma diminuição de tempo das oficinas para 4h/a visto que as colocariam nas suas semanas pedagógicas, que ocorrem no início do ano letivo as quais contemplam também outras temáticas. Nossa resposta foi de concordância e as desenvolvemos não em forma de oficina pela exigüidade de tempo, mas em caráter de exposição dialogada.

³ Mantivemos as palavras ditas pelas entrevistadas

⁴ Hora aula

Esse encontro foi de grande riqueza nos dois espaços escolares em que foi realizado, não só pela presença significativa como pela participação das docentes. Para a grande maioria o conteúdo desenvolvido foi “novidade”, visto que, o conhecimento que tinham sobre a história do africano que vem para o Brasil como escravo se iniciava no “navio negreiro”. A história anterior desse povo e de seu continente era inexistente nos estudos que compuseram sua formação, assim como, estavam ansiosos (as) e preocupados em como iriam desenvolver os conteúdos que passam por uma relação interdisciplinar, pois devem estar presentes não só nas aulas de História Brasileira⁵ mas também nas de Educação Artística e de Literatura.

Várias perguntas foram feitas e exemplos foram sendo citados de como já vinham desenvolvendo a temática proposta na Lei e fomos identificando como elas estavam operacionalizando a construção dos saberes a partir de pesquisa em livros principalmente para didáticos, em artigos de revistas, pela troca de saberes que dispõe e naquele momento pelo empenho de participação no espaço de formação continuada que lhes era oferecido, por mais escasso que fosse a carga horária.

Ficou o gosto de quero mais... e um dos colégios nos convidou para continuar o trabalho em um período maior, de dois dias, objetivando e possibilitar a formação continuada de seu corpo docente ao longo do ano, as quartas-feiras, com uma carga de 2h/a de 18:00h às 20:00h.

Para esse encontro foram convidados pela Coordenação Pedagógica todos os professores das diferentes áreas do conhecimento e dos diferentes níveis de ensino, assim como, se fez presente também o corpo técnico.

Sugerimos que fosse convidado para dividir conosco essa atividade um colega, prof. Agenor Sarraf Pacheco, com formação também em história. No primeiro momento faríamos uma abordagem teórica e no segundo realizaríamos a oficina propriamente dita. Aceita a proposta pela direção do colégio apresentamos a seguinte programação, a qual foi aceita e desenvolvida.

Primeiro dia:

⁵ Assim consta no parágrafo 2 da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

- A formação do professor para o ensino das Áfricas em que várias questões foram levantadas e discutidas no decorrer do trabalho a partir do documento Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. (Brasília: SECAD, 2006).

Segundo dia:

OFICINA: Novas linguagens para o ensino das Áfricas
CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA INOVADORA

1 – Trabalhar com projetos de pesquisa, envolvendo Histórias de vida dos alunos, de afro descendentes que habitam em Belém, como moradores, trabalhadores, músicos, poetas, cantadores, representantes das diversas religiosidades;

2 - Realizar trabalhos com desenhos, pinturas, recortes, colagens, modelagens, envolvendo a as culturas negras;

3- Criação de *folder* de artistas negros e suas obras;

4 - Construção de representações teatrais com fantoches com mitos, lendas e fábulas africanas; 5 - Confeção de murais temáticos com sujeitos e grupos sociais de diferentes culturas; trabalhar o corpo humano, as diferenças físicas, a cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz e boca;

6-Discutir diferentes propostas para trabalhar a temática *Eu e Minha família*, explorando (organização familiar, lazer, religiosidade, formas de trabalho, hábitos alimentares, alimentação, moradia, papéis sociais familiares, gênero, cuidados com a saúde, entre outros);

•Formar 5 grupos e distribuir as lendas e fábulas africanas; 1.Leitura em grupo e observar os aspectos: 2.A cosmovisão africana e os valores humanos presentes nas lendas e fábulas lidas.

Para desenvolver a oficina sugerimos uma divisão dos professores por nível de ensino visto haver competências e habilidades específicas para cada um, assim como, também os conteúdos propostos são diferenciados.

-Educação Infantil e Séries Iniciais formaram um grupo e ficaram conosco,

- Fundamental Maior e Ensino Médio com o professor Agenor.

Deteremos-nos aqui apenas no relato da oficina que reuniu os professores da Educação Infantil e Séries Iniciais: Um número significativo de professoras e alguns professores que atuam nesse nível de ensino participaram levantando dúvidas, dando

sugestões e fazendo relatos de experiências, o que nos fez propor a elas (eles) o registro de suas práticas docentes a partir desses encontros.

Qual o significado dos registros para a prática docente?

Lendo Vasconcelos (2003) ela nos faz refletir sobre as limitações que temos de guardar na memória todas as informações presentes na atualidade, envolvendo as diversas situações do nosso cotidiano e por isso precisamos registrar escrever, deixar nossas impressões, pois “Registrar a própria prática significa escrever sobre o próprio trabalho, escrever sobre o acontecido, para que possamos apreendê-lo, pensá-lo e refletir sobre ele, transformando-o. Pois assim estamos construindo conhecimento” (Vasconcelos, 2003.p.70).

Entendemos assim que o desafio dessas professoras de ensinar um conteúdo que não esteve presente na sua formação inicial e que a formação continuada lhes apresentou sob uma nova forma de escrever e ensinar esse conhecimento histórico nos fez lhes propor o registro em um caderno de anotações, ou como queiramos nomeá-lo, de sua ação docente em relação a o ensino da História da África.

Acreditamos que esse é um caminho para construir uma autonomia em relação a construção de seus saberes e práticas, em que deixam de ser apenas executoras de conhecimentos de outros e iniciam sua trajetória como pesquisadores.

Buscar um conhecimento acadêmico e desenvolve-lo em sala de aula, num convívio com diferentes sujeitos, de diferentes níveis de ensino, e no caso particular dessa pesquisa, com alunos e alunas das séries iniciais do fundamental, dará a esses docentes, a partir desses registros onde a memória é acionada, uma autonomia de reelaborarem seus conhecimentos tanto específicos como educacionais sobre o e ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.BRASIL, MEC. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual – Temas. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL, MEC. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 21.

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, outubro, 2005.

BRZEZINSKI Iria. *Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder?* Educação & Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Formação de profissionais da Educação Políticas e Tendências, Campinas, n.68, p.80-108, 1999. Número especial.

DAVIES, Nicholas. (Org.) Para além dos conteúdos do ensino de História. Niterói: Eduff, 2000.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. “*Professores: entre saberes e práticas*”. ”*Dossiê Os Saberes dos Professores e sua Formação.*” Educação e Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas, n.74, p. 121-142, abr. de 2001.

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD

VASCONCELOS, Renata Nunes. *O sentido e o significado do registro para o professor e a professora.* Educação em foco. FAE. BH. UEMG. Ano 7, 2003, p. 70 a 73

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares). Sem publicação, 2005.